

Os fascistas que liam Eça de Queirós: estratégias da propaganda salazarista em torno de uma celebração literária

Breno Cesar de Oliveira Góes*

Resumo

Este artigo busca analisar o plano original das celebrações oficiais do primeiro centenário de nascimento de Eça de Queirós em 1945, planejadas pelo departamento de propaganda da ditadura fascista de António Salazar e divulgadas por António Ferro em Novembro de 1944. A partir de documentos que sugerem um grande descontentamento da base de apoio do regime quanto a esse projeto, o artigo procura investigar os motivos desse descontentamento e relacionar as estratégias da propaganda salazarista ao contexto histórico do fim da II guerra mundial. A intenção é compreender as estratégias de sobrevivência adotadas por um regime fascista em um momento de dificuldade.

Palavras-chave: Eça de Queirós, Salazarismo, Propaganda.

Abstract

This article seeks to analyze the original plan for the official celebrations of the first centenary of the birth of Eça de Queirós, planned by the propaganda department of António Salazar's fascist dictatorship and advertised by António Ferro in 1944. Based on documents that suggest a great discontent of the regime's support base regarding the project, the article seeks to investigate the reasons for this discontent and relate the strategies of the salazarist propaganda to the historical context of the end of the second world war. The intention is to understand the survival strategies adopted by a fascist regime in a time of difficulty.

Keywords: Eça de Queirós, Salazarism, Propaganda.

* Doutorando do programa de Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC - Rio, orientado pela professora Izabel Margato. Encontra-se em Portugal com recursos do programa CAPES/Print para a pesquisa em arquivos locais. E-mail: brenocesargoes@gmail.com.

Introdução

Em um recente curso intitulado “Psicologias do fascismo”, o qual procura compreender os impulsos libidinais do sujeito que estariam ligados a esse fenômeno político, o filósofo e psicanalista Vladimir Safatle recorre a um trecho de Gilles Deleuze e Félix Guattari para explicar como a conjugação de algo paradoxal entre as demandas por uma repressão desmedida e uma liberação irrestrita da violência resultariam, no fascismo, em uma espécie de pulsão pela própria aniquilação (SAFATLE, 2019, p. 11). Como se o fascismo acabasse por desejar o fim catastrófico do que quer que fosse, inclusive de si próprio. O trecho dos intelectuais franceses por ele escolhido, não por acaso, refere-se ao caso do nazismo alemão, em que o desenrolar dos acontecimentos históricos parece confirmar a hipótese:

Há no fascismo um nihilismo realizado. (...) É curioso como, desde o início, os nazis anunciaram à Alemanha o que eles trariam: ao mesmo tempo as núpcias e a morte, inclusive sua própria morte e a morte dos alemães (...). “Uma máquina de guerra que tinha apenas a guerra por objeto e preferia abolir seus próprios servos a parar a destruição” (DELEUZE e GUATTARI *apud* SAFATLE, 2019, p. 11)

À primeira vista, essa noção parece por em cheque o uso do termo “fascismo” para designar as ditaduras que se iniciaram na península ibérica nos mesmos anos 30 em que Hitler tornava-se Chanceler e *Führer* da Alemanha. Diferentemente do Terceiro Reich nazista, os regimes de Salazar e Franco atravessaram a Segunda Guerra Mundial sem qualquer movimento rumo a uma autodestruição. Ao contrário: perpetuaram-se, respectivamente, em Portugal e na Espanha, por impressionantes quatro décadas.

O historiador português Fernando Rosas, que dedica sua obra sobretudo ao fenômeno salazarista e defende que o regime em questão pode sim ser qualificado como fascista, tem procurado em sua produção mais recente dar sentido a essa discrepância de destinos que afasta os casos ibéricos do restante das ditaduras surgidas na Europa durante a chamada “época dos fascismos”, dando inclusive a uma obra sua o título emblemático de *Salazar e o poder - a arte de saber durar* (ROSAS, 2018). Contudo, é no livro mais recente *Salazar e os Fascismos* (ROSAS, 2019), uma espécie de análise comparatista entre o caso português e outras ditaduras europeias dos anos 30, que sua hipótese sobre a tipificação do regime aparece melhor sintetizada: para o historiador, os movimentos fascistas por ele qualificados como “plebeus”, que se caracterizariam pelo “culto da violência irrestrita e o populismo” (ROSAS, 2019, p. 56) e se organizariam sob a forma de milícias como as SA alemãs ou os *Fasci de Combattimento* italianos, dependeriam sempre da aliança com setores da direita conservadora para chegar ao poder. Os regimes fascistas seriam assim o resultado de uma combinação entre esse grupo miliciano originário e elementos das elites “reacionárias e antiliberais”, mas também do “liberalismo conservador oligárquico” (ROSAS, 2019, p. 59) e ainda, em certos casos, de instituições

como as Forças Armadas e a Igreja Católica, seduzidas pelo discurso “nacionalista, organicista, corporativo, autoritário, por vezes irredentista ou racista, sempre antidemocrático e antissocialista e comunista” do fascismo plebeu. (ROSAS, 2019, p. 55) A posição hegemônica nessa aliança, contudo, poderia pender para ambos dos lados: haveria regimes fascistas com uma “hegemonia do fascismo plebeu”, como no caso alemão (ROSAS, 2019, p. 128), um “compromisso do fascismo plebeu com o fascismo conservador”, como no caso italiano (ROSAS, 2019, p. 134) e finalmente uma “hegemonia do fascismo conservador”, que corresponderia ao caso português em que o reacionário católico António Salazar subjugou e absorveu em seu governo o grupo miliciano dos *Nacional-Sindicalistas*, exilando seu líder Francisco Rolão Preto enquanto simultaneamente adotava parte substancial de seu programa. (ROSAS, 2019, p. 139) Pode-se se supor, portanto, se assimilarmos o que Rosas chama de “violência irrestrita” à pulsão autodestrutiva identificada por Safatle, que essa tendência catastrófica ao próprio aniquilamento fosse sobretudo típica do “fascismo plebeu” e fosse, no caso português, minoritária em relação a outras tendências, nomeadamente a tendência de perpetuar-se no poder a todo custo típica das oligarquias representadas por Salazar – propiciando o fenômeno de sedimentação do regime que Fernando Rosas sintetizou na feliz fórmula do “saber durar”.

A hipótese de Rosas é interessante, entre outros motivos, porque abre a possibilidade de que, a partir do caso português, e levando em conta suas especificidades e contingências, se estude as práticas fascistas para além dos seus momentos de ascensão e auge, tão visíveis nos casos italiano e alemão. Penso que a questão que constitui o centro de interesse deste texto e de minha pesquisa, a respeito dos usos feitos pelo fascismo das obras de arte, se beneficie disso. Vejamos: o tema tem como obra paradigmática o profético ensaio de Walter Benjamin intitulado “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1985), de 1936. Trata-se de um texto que, sendo de todas as formas brilhante, enfatiza “apenas” o uso propagandístico das artes (do cinema sobretudo) empreendido pelo nazismo visando a fascistização das massas ao ponto em que elas aceitassem, na guerra vindoura, “sua própria destruição com um prazer estético de primeira ordem” (BENJAMIN, 1985, p. 196). Um texto, portanto, que flagra o nazismo em sua vertiginosa ascensão. No caso do salazarismo, contudo – em que o projeto de domínio totalitário das mentalidades foi de natureza semelhante, bem como a ideologia nacionalista, corporativa, antiliberal e anticomunista, mas prevaleceu por parte do regime uma busca pela autopreservação e perpetuação que o afastou da guerra – há mais a ver. A partir de uma análise do período do pós-guerra em Portugal, pode-se observar de que maneira as artes foram mobilizadas pela propaganda fascista no ponto preciso em que o grande desafio não era expandir-se, mas simplesmente sobreviver: adaptar-se o suficiente para manter o apoio das massas em uma conjuntura hostil.

É o que pretendo neste artigo, que se quer um estudo de caso. O objetivo, aqui, é compreender de que forma o principal órgão de propaganda do Estado Novo de Salazar apropriou-se, no ano de 1945, de uma efeméride literária – o centenário do escritor oitocentista Eça de Queirós – como parte de seu esforço para sobreviver à crise que se anunciava em seu regime com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Uma efeméride e um bilhete indignado

No dia cinco de fevereiro de 1945, chegou à sede do *Serviço Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo* (SNI) do Estado Novo português, responsável pela propaganda e divulgação seletiva de informação a respeito do regime, um bilhete anônimo, manuscrito por um cidadão indignado com o governo. A reclamação nada tinha que ver com a grave situação social de Portugal naquele momento: não se referia ao racionamento de gêneros alimentícios impostos por conta da guerra, nem aos motins e redes de contrabando que se formaram por conta desse racionamento; tampouco mencionava as greves que tinham conta de diversas fábricas do país e sido duramente reprimidas pela PVDE, a polícia política do regime. (ROSAS, 1990) O motivo da reclamação anônima era a decisão do SNI – divulgada ainda no final do ano anterior – de celebrar oficialmente naquele ano de 1945 o centenário de nascimento do escritor realista Eça de Queirós (1845 - 1900):

Plenamente de acordo com o que dizem estes recortes de um jornal católico. Efectivamente que vale que Eça tivesse sido um grande escritor se escreveu livros doentios, quase pornográficos?

V. Excia. lendo bem o “Crime do Padre Amaro”, “Primo Basílio” e “Relíquia” poderá ver que apesar de muito bem escritos só lhes faltam as gravuras, para serem verdadeiramente pornográficos.

Comemore-se o centenário de Eça – o escritor, está bem. Mas o autor não. Deixem aqueles livros nas dobras do esquecimento, longe do seio das famílias portuguesas, longe principalmente da mulher – filha, esposa, mãe – para não irmos contra ao que de sólido e bem português se tem feito nos últimos anos. Esta é a minha opinião e pode V. Excia. saber que é a de muitos milhares de portugueses, nacionalistas, chefes de família e homens de bem.

atenciosamente
Pede desculpa,

Paços de Ferreira V/Fev 1945
(ANÔNIMO, 1945)

A admoestação vinha acompanhada de alguns recortes do jornal ultra-católico portuense *A Voz do Pastor*, entre eles um editorial em que o Cônego Pinto da Costa qualificava os livros de Eça como “repugnantes” e “asquerosos”, sublinhando, contudo que “já felizmente não estamos no tempo em que se lia à mesa dos cafés entre risadas e risinhos ‘*O Crime do Padre Amaro*’ e outras obras deste jaez” antes de concluir: “Queremos voltar a esses tempos de tão detestável e triste memória?! Basta de incoerência!” (COSTA, 1945).

Para além do tom escandaloso da carta e do editorial a ela atrelado, é preciso notar aqui que ambos os textos enfatizam um ponto importante: a figura que o Estado Novo decidia então celebrar não era apenas imoral e em desacordo com os valores ideológicos de um regime “sólido e bem português”, mas, sobretudo parecia encarnar em si um *tempo*, precisamente o momento histórico “de detestável e triste memória” imediatamente anterior a esses “últimos anos” salazaristas. O tempo encarnado por Eça de Queirós, neste discurso, surge como representativo de certos valores políticos e morais cujo expurgo era a própria razão de ser do Estado Novo, o que tornaria legítima a acusação de incoerência: a carta e o editorial cobram do regime, aqui, fidelidade seus próprios valores ideológicos.

Os tempos de detestável e triste memória brandidos pelo cônego em tom de ameaça não podem ser outros que não o período da história portuguesa compreendido entre as Revoluções Liberais dos anos 1820 e a Primeira República Portuguesa, que vigorou entre 1910 e 1926. Nesse intervalo de um século, o país conheceu um impulso democratizante até então inédito, e circularam entre a elite letrada portuguesa (com variáveis graus de hegemonia) uma “diversidade de valores, imagens e posições” que incluía discursos anticlericais, cosmopolitas, modernizantes, republicanos (TRINDADE, 2008, p. 15) e mesmo socialistas, comunistas e anarquistas. O sucesso, por outro lado, da ideologia nacionalista, reacionária e católica que se sedimentou como contraparte desse conjunto de movimentos, foi uma das condições da implantação do Estado Novo: este se apropriou dela de maneira tal que, a partir da chegada de Salazar ao poder, o nacionalismo católico fora assumido como um dogma natural, próprio, e autoevidente da nação portuguesa desde a Idade Média, sendo a missão da ditadura de Salazar retomá-lo após “o parêntesis obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo” (ROSAS, 2001, p. 1034), também referido então como o “século negro” (ROSAS, 2001, p. 1034). Salazar definiria os termos do dogma antiliberal em suas famosas proposições de 1936, no discurso em celebração do décimo aniversário do golpe que derrubara a república, definindo como *indiscutíveis*: “Deus e a virtude”, “a pátria e a sua história”, “a família e sua moral” e “o trabalho e seu dever” (SALAZAR, s.d., pp. 104-105)

Por isso, a acusação feita em 1945 de incoerência, de que o Estado Novo estaria traíndo seus próprios valores, torna-se ainda mais grave na medida em que verificamos que a identificação entre a figura de Eça de Queirós e esse momento histórico do “século negro” não é uma mera associação paranóica dos indignados católicos, ciosos pela pureza ideológica do regime: quem traz à baila Eça como um homem do “revolucionário” Século XIX não é outro senão António Ferro – o fundador, chefe e mais importante ideólogo do SNI. Na entrevista que dá ao *Diário de Notícias* de Lisboa ainda em 20 de Novembro de 1944, na qual pela primeira vez detalha os preparativos para o centenário cujo ápice ocorreria exatamente dali a um ano, Ferro (1944) diz: “Não há dúvida de que Eça foi um escritor revolucionário, mas foi-o numa época em que verdadeiramente quase não se podia

ser outra coisa”, para em seguida detalhar o quanto a relação entre Eça e seu período histórico seria salientada pelas comemorações oficiais:

Far-se-á também uma exposição viva: Eça de Queiroz integrado no seu tempo, através de fotografias, lembranças, objetos de uso do escritor e dos seus companheiros [...] Será como que o documentário de uma época, de uma geração, de um período histórico. Portugal de 1900 a desfilar perante nós quase meio século depois. [...] Anote este projeto, que oxalá não seja uma quimera: a reconstituição, numa noite, em plena Avenida da Liberdade, de um trecho do Passeio Público, animado pelas figuras da época. [...] (FERRO, 1944)

António Ferro era desde 1933 o homem forte da propaganda fascista do Estado Novo. Não é possível minimizar o quanto trabalhou a favor da promoção da figura de Salazar e da ideia de um Portugal nacionalista, simultaneamente rural e orgulhoso de seu legado náutico e colonial: sua impressão digital está na popularização do Galo de Barcelos e no traje de camponesa minhota como símbolos da nacionalidade portuguesa (RAIMUNDO, 2015, p. 137), mas também na imensa Exposição do Mundo Português que em 1940 exaltou os feitos de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e outros personagens simbólicos da expansão marítima do século XVI (TRINDADE, 2008, p. 301). É de todas as formas estranho que esse homem surja na capa do principal jornal português sugerindo não apenas homenagear Eça de Queirós, mas propondo que se faça isso inclusive através de uma encenação pública do “século negro” na mais importante artéria de Lisboa.

Eça de Queirós e a “poeira dos caminhos”

Aqui é necessário contextualizar minimamente quem é a figura que despertará tanto asco da opinião pública católica de Portugal em 1945. José Maria Eça de Queirós, romancista, jornalista e membro do corpo consular de Portugal em países como Cuba, Inglaterra e França, pertence à chamada “Geração de 70” portuguesa. Esse grupo de intelectuais, que incluía também Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga, entre outros, entrou para a história como tendo empreendido um movimento de renovação intelectual no país a partir década de 1870 (daí o nome). Beneficiando-se da relativa prosperidade econômica e tecnológica da chamada “Regeneração” portuguesa, que permitiu através dos novos caminhos de ferro a circulação de livros de autores europeus até então virtualmente desconhecidos em Portugal (nomes como Taine, Darwin, Proudhon, Marx, Renan e Comte, mas também Balzac, Flaubert e Zola) a Geração de 70 se notabilizou por denunciar a “decadência” e o “atraso” intelectual e material de Portugal em relação à Europa. (PIRES, 1992). Não se pode falar de uma unidade ideológica no grupo, que congregou militantes socialistas como Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, republicanos de linha positivista, como Teófilo Braga, defensores de uma política mais autoritária e nacionalista como Oliveira Martins e até nomes como Eça, que circulou com

algum interesse e pouca consistência programática por todos esses campos políticos. O que todos partilhavam era uma profunda oposição ao sistema Monárquico Constitucional vigente, sobretudo por seu caráter oligárquico e pouco dinâmico.

Alguns dos romances de Eça tornaram-se símbolos dessa atitude crítica ao constitucionalismo português e ao mundo social, intelectual e afetivo formado ao redor desse regime: *O Crime do Padre Amaro* (1875), *O Primo Basílio* (1878) e *A Relíquia* (1887) – não por acaso, os três livros citados pelo bilhete anônimo – talvez componham ao lado de *Os Maias* (1888) o conjunto de obras mais significativas neste sentido; são tramas repletas de personagens caricaturais que parecem sintetizar os traços mais negativos de toda uma sociedade. O burocrático Conselheiro Acácio, personagem de *O Primo Basílio* que diz apenas obviedades banais e ao fim do romance é elevado a Par do Reino, talvez seja o exemplo mais famoso (QUEIRÓS, 2014).

Contudo, se parte da polêmica que Eça provocou ainda em vida pode ser explicada por essa sua atitude crítica no âmbito da representação ficcional, não se pode perder a dimensão do escândalo causado também pelos aspectos formais de sua obra: a partir de uma interpretação bastante original das técnicas de escrita realista de Flaubert e Zola, Eça desenvolveu um estilo de forte apelo sensorial, capaz de descrições excepcionalmente nítidas. Na economia simbólica de sua obra, o autor valia-se dessa capacidade de evocar imagens tão vívidas para, com o acúmulo delas, substituir certa forma de narrar e estruturar o romance tornado muito gasto pela literatura romântica que era então hegemônica, no que se nota novamente sua faceta crítica e rebelde. Muitos críticos literários conservadores de seu tempo não deixaram de, em diversas oportunidades, ressaltar o que compreenderam como o caráter disforme e desproporcional das obras de Eça.¹ Mas, sem dúvida alguma, o uso mais escandaloso desse seu procedimento estético consistiu na substituição das fórmulas pudicas com que o romantismo português narrava cenas eróticas por um tratamento que privilegiava aspectos sensoriais das mesmas. O caso mais famoso talvez pertença – novamente – ao *Primo Basílio*, em que Eça, para narrar que a paixão da personagem Luísa por seu amante Basílio tornava-se mais intensa (um passo importante naquele ponto da trama), escolhe substituir o que poderia ser uma simples frase do narrador pela descrição de uma cena de sexo oral feminino com um grau de detalhes até então inédito na literatura portuguesa:

Basílio achava-a irresistível; quem diria que uma burguesinha podia ter tanto chique, tanta queda? Ajoelhou-se, tomou-lhe os pezinhos entre as mãos, beijou-lhos; depois, dizendo muito mal das ligas "tão feias, com fechos de metal", beijou-lhe respeitosamente os joelhos; e então fez-lhe baixinho um pedido. Ela corou, sorriu, dizia: "não! não!" E quando saiu do

¹ Embora esse argumento esteja visível nas críticas feitas por Manuel Pinheiro Chagas a *A Relíquia* e Fialho de Almeida a *Os Maias*, talvez o texto mais célebre a tocar nesse ponto seja a crítica de Machado de Assis ao *Primo Basílio*, escrita ainda um pouco antes da virada realista na obra do autor de *Dom Casmurro*.

seu delírio tapou o rosto com as mãos, toda escarlate; murmurou repreensivamente: — Oh, Basílio!
Ele torcia o bigode, muito satisfeito. Ensinara-lhe uma sensação nova; tinha-a na mão! (QUEIRÓS, 2014, p. 202)

Esse aspecto é ressaltado aqui para que se justifique o fato do autor do bilhete anônimo de 1945 tê-lo descrito como “pornográfico”. Não é um adjetivo que possa ser lido de maneira inocente: a relação entre a exploração erótica na estética queirosiana e o caráter contestatário e modernizante dessa mesma estética (caráter, este, comum a toda a geração de 70) não me parece de modo algum uma questão obscura de crítica literária que passaria despercebida a alguém que, em 1945, dizia pertencer ao grupo dos “portugueses, nacionalistas, chefes de família e homens de bem”. A associação entre um tratamento menos repressivo dado ao sexo em uma obra literária e a possibilidade de transformações progressistas no campo da política era amplamente reconhecida – e temida – pelo fascismo, inclusive em Portugal. Dentro da lógica tipicamente conspiratória do pensamento fascista, a liberação sexual, o liberalismo econômico prometido pelo capitalismo e a liberdade dos trabalhadores prometida pelo comunismo consistiam em facetas de um único fenômeno – a modernidade – cujo fim último seria a destruição de quaisquer vestígios da hierarquia natural que ordenava a nação, a família, os corpos e seus desejos. Nessa lógica conspiratória, o veículo perfeito para disseminação insidiosa dos valores da modernidade não poderia ser outro que não as obras de arte, inclusive as literárias. Na Alemanha dos anos 30, essa conspiração chegou a receber o nome de “bolchevismo sexual” (SAFATLE, 2019, p. 77); no caso específico de que se trata aqui, o editorial do Cônego Pinto da Costa também não deixou de estabelecer a relação:

Nunca nos esqueçamos que as grandes revoluções sociais são precedidas geralmente pelas revoluções dos espíritos. A guerra das armas tem antes de si a guerra das ideias. Quando no parlamento francês se propôs a lei do divórcio já o ambiente estava preparado, e bem preparado, com as obras de Dumas e de outros maus escritores.

A Revolução Francesa teve os seus precursores literários. Em Portugal experimentamos também os feitos perniciosos duma literatura imoral e iconoclasta. Antes de erguer a cabeça para fitar as estrelas, Eça de Queiroz procurou a poeira dos caminhos. (COSTA, 1945)

A primeira crise do Estado Novo e suas consequências

Não era pequeno, portanto, o risco assumido por António Ferro quando este decidiu que o SNI homenagearia Eça de Queirós. O bilhete anônimo e raivoso e o editorial a ele atrelado, chegados em fevereiro, permitiam prever o descontentamento que poderia acumular-se na base de apoio do regime até o dia 25 de novembro, aniversário de Eça, quando projetava-se que as celebrações atingiriam seu ponto culminante. De que maneira, portanto, se pode justificar essa estranha escolha? A princípio, poder-se-ia dizer que não havia escolha *de fato*, e que Ferro estava encurralado e fez apenas um movimento

defensivo: trazer as comemorações de Eça para debaixo das asas do Estado Novo significava valorizá-lo antes que os intelectuais subversivos ligados ao MUNAF² se apropriassem do escritor oitocentista e pudessem se apresentar como os protagonistas da sua celebração. Essa hipótese ganha força na medida em que se verifica que Eça de Queirós já era, em 1945, um ícone incontornável no imaginário português: ainda que sua obra fosse polêmica e pouco lida, tratava-se já de um nome conhecido. Dá-nos testemunho disso o fato de que durante a república seu busto fora impresso nas notas de vinte escudos e em selos (BARBOSA, 2015.p. 956); além disso, uma grande estátua sua ocupava desde 1903 o centro do Largo Barão de Quintela, em Lisboa. É lícito imaginar, portanto, que, se o Estado Novo não se ocupasse das celebrações do seu centenário, outros o fariam.³

A hipótese, contudo, não dá conta de explicar a grandeza das celebrações planejadas por Ferro: se a intenção era apenas ocupar um espaço antes que a oposição clandestina o fizesse, não seria preciso mais que um programa de comemorações burocrático, talvez restrito ao âmbito acadêmico, que marcasse a ocasião sem nela envolver profundamente a sociedade (cabe assinalar que, em se tratando de um romancista, como Eça, seria fácil alienar a parcela majoritária da população portuguesa que em 1945 sequer sabia ler [TRINDADE, 2008, p. 324]). Entretanto, nota-se o oposto: o plano de Ferro para o centenário não apenas inclui a “reconstituição do Passeio Público em plena Avenida da Liberdade”, como também prevê “um concurso de filmes”, uma “edição popular” das obras do autor e determina que “a Emissora Nacional dedicará a Eça de Queirós palestras, leituras de trechos, diálogos radiofônicos adaptados, etc.”. (FERRO, 1944) É indiscutível que o chefe do SNI previa que as celebrações do centenário possuissem – como era regra na propaganda fascista e fora a prática do órgão em ocasiões anteriores – um alcance de massas.

Não há nos arquivos do SNI relativos ao centenário de Eça de Queirós um texto programático em que Ferro ou qualquer outro funcionário envolvido explique essa estranha decisão, nem que ganho político se esperava obter com o projeto da forma como ele foi originalmente concebido. (SNI, 1944) O objetivo último deste artigo é especular em torno disso, propondo uma hipótese.

Durante o ano de 1944, em que foi elaborado o plano de comemorações do centenário de Eça, o Estado Novo português – que assumira desde o princípio uma posição de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial – convenceu-se de que a vitória dos

²Movimento de Unidade Nacional Antifascista: a principal entidade da oposição a Salazar, na altura, cf. RABY, 1984. Embora o MUNAF fosse clandestino e duramente perseguido pela PVDE, muitos de seus integrantes possuíam profissões dentro da legalidade (no meio acadêmico, por exemplo) através das quais poderiam tentar empreender celebrações do centenário de maneira independente e com conteúdo subversivo – como de fato o fizeram.

³ Agradeço ao professor Luís Trindade, da Universidade de Coimbra, por ter chamado a minha atenção – em uma generosa conversa em torno desta pesquisa – para a hipótese do caráter “defensivo” da escolha de Ferro.

Aliados sobre o Eixo era já não mais uma hipótese, mas uma mera questão de tempo. Se por um lado a iminência do fim do conflito era um alívio por encerrar definitivamente qualquer hipótese de uma agressão militar a Portugal e permitir uma melhora nas graves condições econômicas gerais do país, por outro o mundo que se anunciava no pós-guerra, com triunfo de EUA e URSS e suas respectivas bandeiras da democracia liberal e do socialismo, não parecia o mais simpático a regimes nacionalistas com projetos totalitários de extrema direita como eram os de Portugal e Espanha. (ROSAS, 2018, pp. 221-235) Franco, pelo apoio que recebera de Hitler durante a Guerra Civil, estava certamente em uma posição mais delicada, mas Salazar também precisava mover-se de forma cuidadosa para sobreviver à onda democratizante: a mudança no ambiente externo consistia em um estímulo para turbulências internas em Portugal, provocadas por uma oposição clandestina cada vez mais organizada e menos temerosa diante da violência promovida pela polícia política do regime. (RABY, 1985) Segundo Fernando Rosas, contudo,

Desde o II Congresso da União Nacional, realizado entre 25 e 28 de maio de 1944, Salazar parece definir uma linha geral para enfrentar os desafios do fim da guerra resumível da seguinte forma: mesmo à custa de ter de fazer algumas concessões ao ambiente pró-democrático da vitória sobre o nazi-fascismo, nada de essencial na natureza política do regime estava sujeito a mudança (ROSAS, 2019, p. 261)

A estratégia adotada, portanto, foi a de mudanças apenas cosméticas no regime. A primeira delas, por ironia, atingiu justamente o órgão comandado por António Ferro, que desde 1933 chamava-se SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) e em 1944 foi rebatizado como SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo): um regime fascista que planejasse sobreviver em um ocidente hegemonicamente democrático não poderia ostentar tão abertamente a palavra “propaganda” tornada maldita por Goebbels. Outras mudanças pontuais ocorreriam no ano seguinte, como a implantação do *Habeas Corpus*, a anistia a presos políticos e a antecipação de eleições legislativas para Outubro de 1945. (ROSAS, 2018, pp. 221-235). Para esse pleito, inclusive, foi prometida pela primeira vez desde 1933 a possibilidade de participação da oposição, muito embora o que tenha acontecido de fato tenha sido a recusa a ir às urnas por parte do Movimento de Unidade Democrática – espécie de versão do MUNAF para a legalidade – “por falta de garantias mínimas de liberdade e seriedade no ato eleitoral” (ROSAS, 2019, p. 264).

No campo das ideias, o que parece realmente mudar no Estado Novo com a vitória dos Aliados é que, até então, os valores do regime podiam ser declarados “indiscutíveis” e, mais do que isso, podiam fazer-se passar pela realidade autoevidente dos fatos, uma vez que os mecanismos totalitários de censura e propaganda cuidavam de obliterar do espaço público todos os argumentos que lhes fossem contrários. A partir de 1944, o Estado Novo passa a ter que se conformar com a penetração em suas fronteiras – reais e simbólicas – de conjuntos ideológicos que entende como hostis: impossível, com o fim da

guerra, não se discutir o socialismo dos russos vitoriosos, os valores democráticos incessantemente apregoados pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, e mesmo – ou talvez principalmente – os conteúdos da cultura de massas norte-americana. A questão deixa de ser declarar certas verdades como “indiscutíveis”, mas garantir que o lugar ocupado pelos valores democráticos, liberalizantes, socializantes e modernizantes seja sempre subalterno, minoritário, e que portanto a ideologia do regime, embora já “discutível”, sempre ganhe a discussão.

A hipótese, aqui, é que o projeto de Ferro de uma celebração do centenário de Eça de Queirós para as massas, com pompa e circunstância, tenha consistido em uma tentativa de realizar esse projeto de incorporação minoritária no campo simbólico. Como se a própria figura de Eça pudesse ser manipulada à maneira de um personagem, de modo a concentrar em si esse *jogo* entre a ideologia fascista e o corpo heterogêneo de ideais associados à “modernidade”, no qual estes últimos ocupam uma posição sempre subalterna. Penso que esse arranjo seja perceptível em três diferentes níveis simbólicos, que explorarei a seguir.

O plano de Ferro e seus três níveis simbólicos

Em primeiro lugar, há uma dimensão mais evidente, tão à vista que surpreende que tenha passado despercebida ao Cônego Pinto da Costa e a seu leitor nacionalista. Sua chave de compreensão residiria na própria insistência de Ferro em celebrar Eça “integrado a seu tempo”, ligando-o a significantes que remetem ao “século negro”: além da já citada exposição com “fotografias” e “objetos de uso” e a reconstituição do Passeio Público, Ferro também propõe um “grande baile ao estilo da época de Eça de Queirós”. Todo esse conjunto parece significar um esforço de situar como pertencentes ao passado também as ideias polêmicas e modernizantes que a história ligou a Eça: sua rebeldia, seu anticlericalismo, seu erotismo. As evocações do século XIX emergindo em pleno 1945 não significariam, assim, um encontro entre o “século negro” e o presente, como temiam os nacionalistas cristãos, mas precisamente o oposto disso: seriam um lembrete de que todas as ideias modernizantes que o fim da guerra permitiria circularem em Portugal não eram novas, mas tinham um lugar bem definido em um tempo já superado e remoto o suficiente para ser observado de fora através dessa celebração de caráter quase museológico. Um lugar, portanto, minoritário.

Em um segundo nível simbólico – assumindo-se que a ideia de que houvesse um “parêntesis sombrio” ligado ao liberalismo na história portuguesa estivesse suficientemente sedimentada – estaria a figuração de Eça como uma espécie de “anjo vingador” do seu tempo, isto é: através de uma assimilação arbitrária e forçada de todo o largo período do liberalismo em Portugal – de 1820 a 1926 – ao estreito momento político da Monarquia Constitucional pós-regeneração no qual Eça escreveu, poder-se-ia dizer que a atitude

rebelde, irônica e satírica do escritor seria de certa forma justificável pelo seu alvo. Por mais que a rebeldia fosse de saída um valor negativo aos olhos do “fascismo conservador” salazarista – sempre cioso da preservação das hierarquias – o caso de Eça seria perdoável porque ele estaria atacando justamente o mesmo liberalismo modernizante e democratizante que o fascismo combateria e venceria no futuro. Não se tratava de sugerir que tramas como a do *Primo Basílio* engendrariam um salazarismo *avant la lettre*, mas pelo menos que a desmoralização do liberalismo português levada a cabo por Eça seria um passo destrutivo necessário para limpar o campo e permitir o posterior trabalho construtivo do Estado Novo. António Ferro chega a dizê-lo explicitamente na entrevista ao *Diário de Notícias*:

Eça foi, isso sim, um renovador. A ‘posição’ de ‘oposição’, digamos assim, que tomou era necessária. Aproximou-se, afinal, do que nós queríamos, até – ou principalmente – quando destruiu. Todos os padrões que ofereceu às gerações que vieram depois – Acácio, Pacheco, o Gouvarinho, eram afinal a personificação literária dos lugares-comuns humanos a evitar, que foram erguidos como espantalhos no campo da inteligência nacional. Tabuletas de ‘perigo de morte’.(FERRO, 1944)

Deste modo, no eixo desse esboço de narrativa proposto por Ferro, em que Eça de Queirós cumpre o papel de “anjo vingador”, o espaço minoritário dado à modernidade e seus valores estaria assegurado. Contudo, esse segundo nível simbólico é extremamente frágil, uma vez que alguns traços célebres da imagem pública de Eça permanecem de difícil justificação e censuráveis aos olhos da ideologia estado-novista: seu anticlericalismo, sua representação do erótico e suas aproximações (ainda que vagas) com o campo ideológico da esquerda. A inconsistência não deixa de ser notada com inesperada espiritualidade pelo editorial do Cônego Pinto da Costa:

Vá de se dizer e apregoar que Eça não foi tão mau como dizem, que foi um escritor nacionalista e construtor, “que nunca em Portugal seria possível a obra de restauração mental e política e até religiosa que se tenta, se no dobrar do século Eça não tivesse encharcado de lama toda a bonecada de feira que nós éramos”. Valha-nos Deus! Já é ter excesso de boa vontade chamar ao Eça restaurador político e religioso! Estou certo de que ele próprio protestaria contra tais epítetos se voltasse a este pobre planeta (COSTA, 1945)

Apesar de tudo, serão exatamente as inconsistências deixadas por esse segundo nível simbólico que permitirão a emersão de um terceiro, no qual o Estado Novo apostará suas principais fichas ao longo do ano seguinte. Esse terceiro nível simbólico que proponho aqui não chega a ser sequer aludido na entrevista de Ferro, mas estará implicitamente referenciado em um documento divulgado pelo SNI poucas semanas depois, contendo o edital para o “concurso de filmes” sobre Eça promovido pelo órgão (SNI, 1944). Desde o título, o edital deixa claro que o concurso será apenas para a produção de adaptações cinematográficas dos romances *A Cidade e as Serras* (1901) e *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), duas obras escritas por Eça pouco antes de sua morte em 1900 e por isso

publicadas “semi-postumamente”.⁴ O que há em comum entre esses dois romances, especificamente, são representações ficcionais relativamente positivas do Portugal rural e colonial, que contrastam fortemente com o tratamento anterior dado por Eça ao país como um todo. Objeto de debates na crítica literária que perduram até hoje, esse período final da obra de Eça ainda desconcerta os especialistas no que diz respeito ao seu sentido literário e – muito especialmente – político. Desde algumas décadas antes do centenário, uma parcela da crítica inaugurou essa longa polêmica ao defender a ideia de que, nesses dois romances e em outras obras contemporâneas a eles (como o conjunto de contos hagiográficos intitulado *Lendas de Santos*) seria notável uma guinada conservadora e nacionalista na obra de Eça. Uma das formulações mais sintéticas e bem acabadas dessa teoria está em um texto de Fidelino de Figueiredo, importante crítico e teórico do campo reacionário, ideólogo do nacionalismo português, que nos anos quarenta dava aulas no Brasil e produzia subsídio ideológico para o salazarismo à distância.⁵ Seu pequeno ensaio intitulado “Eça de Queirós inédito”, escrito em 1927, será significativamente reeditado em 1945 no volume “...um pobre homem de Póvoa do Varzim...”:

É bem sabido que Eça não se confinou sempre nessa demolição pelo humorismo impiedoso. Quando morreu, o seu nobilíssimo espírito ia ainda em gloriosa ascensão. Transpusera as fronteiras de sua pequena pátria, à busca de nova paisagem e novos e mais humanos temas, reconhecera as belezas superiores da inspiração religiosa, tornara-se apaixonado hagiógrafo e voltava os olhos já saudosos para a sua terra portuguesa nessa obra enternecida de “A cidade e as serras”.
(FIGUEIREDO, 1945, p. 80)

A ideia de um Eça de Queirós que principia sua carreira literária como um autor “demolidor” e “impiedoso” para no fim da vida converter-se em um católico patriota é especialmente conveniente ao regime. Da mesma maneira que na parábola bíblica o filho

⁴ Em seu livro “O Último Eça”, tematicamente muito próximo desta pesquisa, Miguel Real recorre à categoria “semi-póstumos” para qualificar esses dois romances, e o faz para sublinhar que Eça chegou a editar parte de ambos antes de seu falecimento, em contraste com obras como *A Capital* (1925) e *Tragédia da Rua das Flores* (1980) publicadas a partir de manuscritos inteiramente não revistos e não editados pelo autor. (REAL, 2006, pp. 40-41).

⁵ Em *O Estranho Caso do Nacionalismo Português*, o historiador Luís Trindade dedica um largo espaço à análise da importância de Fidelino de Figueiredo na estruturação ideológica do nacionalismo à direita em Portugal, ainda nos anos 1910, destacando a originalidade da base racionalista “de inspiração kantiana” de seu pensamento antimoderno, antidemocrático e antimaterialista. (TRINDADE, 2008, pp. 37-41). Em 1927, durante a Ditadura Militar portuguesa que precedeu o Estado Novo, Fidelino representava um dos muitos grupos de pressão que procurava “empurrar” a ditadura para uma deriva ainda mais autoritária, tendo tentado juntamente com o capitão de fragata Filomeno Câmara dar um golpe de estado nesse sentido (o “Golpe dos Fifis”) (RAIMUNDO, 2015, p. 113). Exilado após o fiasco desse empreendimento, Fidelino abandonaria para sempre suas pretensões políticas e, já no Brasil, chegaria a tecer relações pessoais amistosas com exilados republicanos como Jaime Cortesão (como atesta a correspondência entre ambos preservada no espólio deste último). Jamais abandonaria em sua produção intelectual, no entanto, seu posicionamento ideológico original antimoderno e nacionalista, como atestam seus livros *Cultura Intervalar* e *A luta pela expressão* (ambos de 1944).

pródigo é o preferido do pai porque retorna, um Eça de Queirós que percorra o caminho que vai da perdição modernizante a um nacionalismo “virtuoso, propositivo, condescendente” (NERY, 2016, p. 101) é um motivo muito mais rico a ser explorado politicamente do que o de um autor que fosse sempre afinado com os ideais salazaristas. António Ferro, de resto, não era estranho a essa estrutura narrativa: ele escrevera o roteiro do filme de propaganda fascista *A Revolução de Maio* (1937), cujo protagonista era exatamente um revolucionário comunista português que, no desenlace da película, convertia-se arrependido aos valores do Estado Novo. O filme, extremamente popular em seu tempo, é um índice do quanto, no campo simbólico profundamente católico do fascismo português, os valores da contrição e da conversão dos “desencaminhados” ajudavam a construir a imagem paternalista do regime. No contexto conturbado do fim da Segunda Guerra Mundial, a “parábola” de Eça de Queirós serviria como um aviso aos que eventualmente se deixassem seduzir pela democracia, o socialismo e seus encantos: o grande romancista que havia antes deles trilhado um caminho semelhante o fizera apenas para na hora da morte arrepender-se e cair nos braços dos ideais “eternos” da nação e da religião.

Não cabe aqui discutir o valor ou a falta de valor hermenêutico contido em cada um desses níveis interpretativos da figura de Eça que entendo terem sido propostos pelo SNI: o enfrentamento a essa questão terá de ocorrer em um ponto posterior da pesquisa. A questão aqui é considerar a estratégia política do Estado Novo por trás dessas interpretações e, nesse âmbito, o que se nota é que – embora a condição anterior de um fascismo de verdades “indiscutíveis” fosse certamente preferível para os salazaristas – arranjos simbólicos como os aqui descritos cuidadosamente engendrados a partir da figura de Eça de Queirós, seriam capazes de manter os valores ideológicos modernizantes em uma posição indefinidamente subalterna, conveniente ao regime. Esse, pelo menos, era o projeto.

Conclusão

A inspiração fundamental para este trabalho é a ideia de Fernando Rosas exposta na introdução, de que a gênese dos regimes fascistas teria um caráter híbrido por consistir na aliança entre milícias raivosas “plebeias” e elites conservadoras. Extrapolando-se os limites dessa concepção, chega-se à noção de que os fascismos – por mais obcecados com ideais de pureza e organicidade que possam ser – são tanto quanto os outros fenômenos políticos obras do artifício, da disputa, da pactuação e da adaptação. O que os torna únicos e perigosos é que esse caráter lhes seja particularmente inconfessável e portanto dissimulado: corre-se o risco, por isso, não se considerar o quão multiformes podem ser os fascismos. O flagrante que aqui tentei capturar, de um órgão de propaganda fascista acuado diante de um contexto histórico hostil, que então opta por adaptar-se tomando

decisões aparentemente incoerentes com seu programa (“basta de incoerência!”, diz o cônego) é o que penso ser um índice sutil desse processo.

Entretanto, cabe salientar que o episódio aqui exposto e analisado corresponde apenas ao estágio ainda preliminar de uma pesquisa maior, a nível de doutorado. Tudo o que aqui se analisou foi o projeto original concebido por António Ferro para a celebração do centenário de Eça de Queirós, ainda em fins de 1944, e uma imediata e sintomática consequência da divulgação desse projeto – o bilhete indignado recebido no princípio de 1945. Nada se escreveu neste artigo a respeito da *execução* do plano do centenário, que por sua vez se afastará muito da ideia original aqui debatida: ao longo do ano de 1945, o programa de comemorações oficiais do centenário de Eça sofrerá inúmeras vicissitudes por conta de intervenções da oposição, do fundamentalismo católico e da situação política tão mutante daquele ano – ao ponto de, já em fevereiro de 1946, um derrotado António Ferro ter declarado publicamente seu arrependimento por ter decidido celebrar o centenário de Eça. Espera-se enxergar, nesse processo, marcas que apontam não apenas para o contexto histórico tenso então vivido por Portugal como também para o caráter singular da estética queirosiana e os afetos por ela despertados neste caso.

Embora o objetivo último desta pesquisa seja literário, uma vez que pretendo partir do estudo de caso do centenário de Eça para observar os efeitos da promoção da leitura de uma obra literária de evidente caráter contestador em um contexto de supressão e policiamento da esfera pública, espero que as investigações aqui propostas tenham sido também capazes de apresentar um ângulo original nas reflexões – tão urgentes – sobre o fascismo.

Bibliografia

BARBOSA, Jorge “notafilia” in MATOS, António Campos (org). **Dicionário de Eça de Queirós**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015. p. 956

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. In: **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FIGUEIREDO, Fidelino. “...um pobre homem da Póvoa de Varzim...”. Lisboa, Portugália Editora, 1945

NERY, Antonio Augusto. “Eça de Queirós por Fidelino de Figueiredo: sobre o “verdadeiro Eça” e outras controvérsias”. **Diálogos Mediterrâneos**, nº 11, dezembro/2016.

PIRES, António Machado. **A ideia de Decadência na Geração de 70**. Lisboa: Vega, 1992

QUEIRÓS, Eça de. **O Primo Basílio**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

RAIMUNDO, Orlando. **António Ferro: o inventor do salazarismo**. Córdova: D. Quixote, 2015.

RABY, David L. “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição, 1942-47.” **Análise Social**, vol. XX (84), 1984, pp. 687-700.

REAL, Miguel. **O Último Eça**. Lisboa: Quidnovi, 2006

ROSAS, Fernando. Portugal entre a paz e a guerra (1939 - 1945). **Estudo do impacte da II guerra mundial na economia e na sociedade portuguesas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

ROSAS, Fernando. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo" **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054

ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder - a arte de saber durar**. Lisboa: Tinta da China, 2018.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do Fascismo**. Disponível em <https://www.academia.edu/39801006/Psicologias_do_fascismo_-_curso_completo_2019>. Acesso em 28/08/2019 15:59

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e notas políticas. vol. V**, Coimbra: Coimbra Editora, s.d.

TRINDADE, Luís. **O Estranho caso do Nacionalismo Português - O salazarismo entre a literatura e a política**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Documentos

ANÔNIMO. "**Plenamente de acordo com...**". Manuscrito. [data: 05/02/1945]. Unidade de instalação PT/TT/SNI-GS/28/9, Fundo do SPN/SNI, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

COSTA, Pinto da. "Construímos ou... derrubamos". **A Voz do Pastor**. Porto, 25/01/1945, p. 1

FERRO, António. "Como se vai celebrar o centenário de Eça de Queirós - António Ferro, Secretário Nacional da Cultura Popular, expõe o plano das comemorações". **Diário de Notícias**. Lisboa, 20/11/1944, p. 1

SNI, "**Bases para o concurso de adaptação cinematográfica dos romances 'A Cidade e as Serras' ou 'A Ilustre Casa de Ramires', de Eça de Queirós**". Documento oficial datilografado. [data: 01/12/1945]. Unidade de instalação PT/TT/SNI-GS/28/9, Fundo do SPN/SNI, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Artigo recebido em 20/02/2020 e
aprovado para publicação em 02/05/2020